ANTUNES RODRIGUES, CÉLIA CUSTÓDIO & ASSOCIADO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Município de Vila Viçosa

Relatório Anual do Trabalho Efetuado

31 de dezembro de 2024

Este relatório contém 30 páginas

2 de Abril de 2025

Índice

I. Introdução 3
II. Âmbito 3
III. Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas e Relatório adicional sobre o trabalho efetuado, reportados a 31/12/2023 6
IV. Execução Orçamental 9
Orçamento Inicial 2024 9
Análise à execução orçamental 9
Gestão orçamental durante 2024 9
Execução orçamental durante 2024 10
V. Cumprimento de leis e regulamentos 15
VI. Indicadores Orçamentais 17
VII. Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados 18
Análise Económico-Financeira 18
Principais rubricas do Balanço 22
Demonstração de Resultados 28
VIII. Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas 30
IX. Considerações Éticas 30
X. Declaração de Responsabilidades 30
XI. Acontecimentos Subsequentes 31
XII. Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão 31

I. Introdução

No decurso das funções que são atribuídas ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), emitimos o presente memorando, o qual resulta do trabalho efetuado aos documentos e registos contabilísticos do ano de 2024 da Câmara Municipal de Vila Viçosa (CMVV).

É da responsabilidade do Executivo assegurar:

- preparação de demonstrações orçamentais e financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Câmara de acordo com o referencial contabilístico aplicável;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O nosso trabalho teve como objetivo obter uma segurança razoável quanto a se a informação orçamental e financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevante e apresentar o resultado da nossa verificação orçamental e financeira.

II. Âmbito

Tal como já referido, o âmbito da nossa intervenção está contemplado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Para tal, foram planeados e desenvolvidos os testes considerados adequados para a nossa intervenção. Tais procedimentos passaram por:

i) Reuniões com os responsáveis dos departamentos que consideramos relevantes no relato financeiro;
ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Câmara;
iii) Verificação da conformidade dos registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
iv) Obtenção do conhecido dos sistemas de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de despesa (compras, pessoal e imobilizado), receita e tesouraria, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
v) Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos (não exaustivos):
   a. Análise e teste das reconciliações bancárias reportadas a 31 de dezembro de 2024;
   b. Cruzamento da informação obtida do site do Banco de Portugal e das respostas obtidas diretamente dos Bancos;

c. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações;
d. Análise e testes às principais rubricas de custos e proveitos registados no exercício, com particular atenção à aplicação ao princípio do acréscimo;
e. Análise da execução orçamental da Câmara e validação dos critérios previsionais utilizados na preparação do Orçamento inicial;
f. Confirmação da adequada aprovação de todas as alterações e modificações orçamentais existentes durante o ano de 2024;
g. Avaliação do cumprimento do endividamento;
h. Avaliação do cumprimento da lei dos compromissos assumidos e pagamentos em atraso;
i. Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

vi) Leitura das atas existentes até à data de referência;
vii) Verificação dos documentos de prestação de contas.

Tal como reportado no nosso relatório relativo à análise económico-financeira do semestre, foi efetuada uma avaliação de riscos, nomeadamente às áreas de risco das demonstrações financeiras do Município. Foram consideradas como de risco as seguintes matérias e respetivas asserções associadas:

- Reconhecimento dos Rendimentos - nas asserções da plenitude e apresentação;
- Derrogação dos controlos por parte do Executivo, aferindo-se a idoneidade e a postura da gestão perante a organização e dos riscos associados ao facto de estar numa posição privilegiada de poder derrogar os controlos instituídos;
- Ativos não correntes + depreciações – nas asserções da integralidade e valorização nas infraestruturas;
- Diferimentos / outras variações do património líquido (subsídios a investimento) – nas asserções de obrigações, plenitude e valorização;
- Inventários - nas asserções da integralidade e valorização;
- NCP 26 – reconciliação entre a 03 e a 04 com os ativos e passivos financeiros do balanço;
- Cumprimento das Leis de Regulamentos, nomeadamente nas regras de execução orçamental, contratação publica e procedimentos associados ao branqueamento de capitais.

As normas internacionais de auditoria (ISA), mais concretamente no âmbito da ISA 240 - "As responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras", obrigam o auditor a identificar como risco de auditoria as seguintes matérias: i) Risco presumido a fraude no reconhecimento dos rendimentos das entidades; e ii) Risco presumido a fraude através da derrogação dos controlos internos da entidade por parte do Executivo, uma vez estarem em posição privilegiada.

Embora da leitura da informação disponível não exista indicação de histórico de fraudes, o auditor tem sempre que identificar esta matéria como de risco significativo. Desta forma, foram efetuadas indagações ao Executivo, cuja resposta foi obtida em 14/03/2025, e desenhados procedimentos específicos para que possamos compreender como é que supervisionam os processos utilizados para identificar e dar resposta aos riscos de fraude na entidade e qual o controlo interno estabelecido para mitigar estes riscos.

A materialidade planeada para o trabalho é de 1,5% da despesa paga.

Apresentamos de seguida as conclusões e situações que consideramos relevantes levar ao conhecimento de V. Exas.

III. Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas e Relatório adicional sobre o trabalho efetuado, reportados a 31/12/2023

Tendo em conta a Certificação Legal das Contas reportada a 31/12/2023, emitida em 19 de abril de 2024, bem como o nosso Relatório adicional sobre o trabalho efetuado apresentamos de seguida o ponto de situação dos pontos que foram objeto de reservas:

Pontos da CLC em 2023	Ponto de situação em 31/12/2024
Não foi possível ao Município efetuar uma inventariação das suas Infraestruturas (Rodoviárias e Outras), relevadas em Ativos Fixos Tangíveis, bem como aferir sobre os critérios de valorização e atribuição de vidas úteis, nos termos do novo normativo.	Estão a decorrer trabalhos de levantamento das infraestruturas existentes no município para posterior valorização e atribuição das respetivas vidas úteis. A esta data, a situação não está ainda sanada, estando os saldos das contas de ativos fixos tangíveis influenciados por montantes que não conseguimos quantificar. Sobre as infraestruturas da E-redes, foram desreconhecidas, em linha com a Orientação Técnica n.º 1 da CNC. Devido a este facto, os dados de 2023 foram reexpressos.
A resposta obtida no processo de circularização de saldos da entidade CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central identifica um saldo a receber do Município de 264 mil euros, valor que não se encontra refletido no Passivo da Câmara. A situação encontra-se em análise pelos serviços da Câmara, não se conseguindo aferir que impactos esta situação poderá ter no Passivo, Fundos Patrimoniais e Resultados do exercício.	Nesta data a CIMAC identifica um saldo nulo, pelo que a reserva deixa de se verificar.
Os nossos testes à rubrica de inventários, cujo montante acende a 317.397,40 euros, não nos permitiram concluir sobre a asserções da existência e valorização relativamente aos materiais relacionados com as obras. Desta forma, não estamos em condições de nos pronunciar sobre o montante refletido no balanço nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022.	Foi efetuada uma auditora "in loco" com o fiel armazém e foi proposto pelo DOM "abater" todo o material de rede de abastecimento e distribuição de Água em PVC e respetivos acessórios, armazenado indevidamente no exterior durante vários anos e levando à degradação dos mesmos, bem como os materiais furtados do armazém do "Quinito" e os anéis e manilhas em betão parcialmente destruídos que não reúnem condições de utilização. O município está a desenvolver as diligencias para regularizar a situação, sendo que a 31/12/2024 nada foi efetuado.

A água que é vendida pelo Município não está a ser considerada em inventários, estando o rendimento associado incluído na rubrica de prestação de serviços. Em 2023 o valor do rendimento associado à venda de água totalizou 608 milhares de euros, que deveriam estar refletidos na rúbrica de Vendas na Demonstração de Resultados.	Durante o ano de 2024 o reconhecimento está a ser efetuado da mesma forma. Em 31/12/2024 o valor que deveria estar refletido em vendas totaliza 627 milhares de euros.
A receita liquidada não cobrada que transita para 2024 não está reconciliada com os montantes reconhecidos como divida no balancete da contabilidade financeira.	Em 31/12/2024 esta situação mantém-se inalterada. Este ano, as obrigações a transitar também não estão concordantes com os passivos financeiros do balanço.

Pontos do Relatório adicional sobre o trabalho efetuado em 2023	**Ponto de situação em 31/12/2024**
Encontra-se referida a não aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão.	Estão em curso procedimentos para permitir ultrapassar esta questão.
Recomendamos que haja maior controlo dos stocks através da realização de inventários periódicos, sendo necessário uma prévia organização dos diversos armazéns de forma a ser possível efetuar uma adequada alocação dos bens quando confrontada com as listagens que saem de sistema. Necessário também avaliar a existência de bens passiveis de abate ou constituição de imparidades.	Foi efetuada uma auditora "in loco" com o fiel armazém e foi proposto pelo DOM "abater" todo o material de rede de abastecimento e distribuição de Água em PVC e respetivos acessórios, armazenado indevidamente no exterior durante vários anos e levando à degradação dos mesmos, bem como os materiais furtados do armazém do "Quinito" e os anéis e manilhas em betão parcialmente destruídos que não reúnem condições de utilização. O município está a desenvolver as diligencias para regularizar a situação, mas em 31/12/2024 mantem-se a situação.

Dos levantamentos efetuados aos principais fluxos e transações do Município, identificámos não existir um sistema integrado de monitorização do processo de captação de água, com contadores que registem toda a quantidade de água captada e inserida na rede. Existem, igualmente, falhas ao nível do controlo dos consumos, nomeadamente pelo facto de existirem instalações do Município sem contador (não são apurados autoconsumos). Existem, assim, necessidades de melhoria de todo o processo, que permitam à Câmara monitorizar e controlar as ruturas e consumos não autorizados.	À data a situação encontra-se inalterada.

IV. Execução Orçamental

Orçamento Inicial 2024

Tendo por base a informação disponibilizada sobre a execução do orçamento, foram desenvolvidos os procedimentos considerados oportunos para verificação das leis e regulamentos associados à preparação do orçamento inicial, assim como sobre a respetiva execução.

As conclusões decorrentes da nossa análise estão vertidas no relatório emitido em setembro de 2024, relativo à análise económico-financeira reportada a 30/06/2024.

Análise à execução orçamental

Gestão orçamental durante 2024

Durante o ano foram aprovadas 72 alterações orçamentais, das quais 69 na forma permutativa e 3 na forma modificativa.

No final do ano, com os ajustes e a introdução do saldo da gerência anterior, o orçamento da receita assumiu o montante de 18.951.690,39€.

Designação	RECEITAS		DESPESAS	
	Inicial	Corrigido	Inicial	Corrigido
Correntes	10.625.883,00	11.273.572,16	10.280.218,00	12.167.764,43
De Capital	4.719.232,00	5.160.529,12	5.086.027,00	6.783.925,96
Outras Receitas	21.130,00	21.130,00		
Saldo da Gerência Anterior		2.496.459,11		
Total	**15.366.245,00**	**18.951.690,39**	**15.366.245,00**	**18.951.690,39**

Execução orçamental durante 2024

Receita

Em 2024 receita cobrada líquida total correspondeu a 16.564.647,90€, o que representou uma taxa de realização de 87,40%.

Receitas	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Impostos Diretos	1.848.752,26	1.588.819,64	85,94%
Impostos Indiretos	5,00	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	223.215,98	169.085,37	75,75%
Rendimentos de Propriedade	613.771,22	447.809,74	72,96%
Transferências Correntes	7.180.999,22	7.173.847,92	99,90%
Venda de Bens e Serviços	1.315.380,34	1.266.238,46	96,26%
Outras Receitas Correntes	91.448,14	79.108,20	86,51%
Total das Receitas Correntes	**11.273.572,16**	**10.724.909,33**	**95,13%**
Vendas de Bens de Investimento	52.994,49	52.955,49	99,93%
Transferências de Capital	3.131.218,11	1.820.141,80	58,13%
Ativos Financeiros	2,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.923.320,00	1.466.785,47	76,26%
Outras Receitas de Capital	52.994,52	0,00	0,00%
Total das Receitas de Capital	**5.160.529,12**	**3.339.882,76**	**64,72%**
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	21.130,00	3.396,70	16,08%
Saldo da Gerência Anterior	2.496.459,11	2.496.459,11	100,00%
Outras Receitas	**2.517.589,11**	**2.499.855,81**	**99,30%**
Total Geral	**18.951.690,39**	**16.564.647,90**	**87,40%**

Em 2024 a receita corrente correspondeu a 10.724.909,33€, o que representou um aumento de 1.092.469,20€, relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num aumento percentual de 11,34%.

Já a receita de capital correspondeu a 3.339.882,76€, o que representou um aumento de 1.177.674,58€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num aumento percentual de 54,47% e as outras receitas corresponderam a 2.499.855,81€, o que representou uma diminuição de 372.485,58€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num decréscimo percentual de 12,97%.

Em 2024 os impostos diretos corresponderam a 1.588.819,64€, o que representou uma taxa de execução de 85,94%.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) representaram respetivamente 42,75% e 20,30% do total dos impostos diretos.

Impostos Diretos	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
IMI	791.928,00	679.151,20	85,76
IUC	210.365,06	208.911,04	99,31
IMT	468.162,00	322.463,20	68,88
DERRAMA	378.294,20	378.294,20	100,00
Impostos Abolidos	3,00	0,00	0,00
Total	**1.848.752,26**	**1.588.819,64**	**85,94**

Em 2024 os impostos diretos corresponderam a 1.588.819,64€, o que representou uma diminuição de 124.459,50€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num decréscimo percentual de 7,26%, o que, em parte, se deve à redução do IMI sendo que também já reduzimos a participação variável no IRS o que só terá impacto no próximo exercício.

Taxas, Multas e Outras Penalidades	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Mercados, Feiras e Venda Ambulante	21.114,00	20.150,86	95,44
Loteamentos e Obras	102.753,09	62.355,43	60,68
Utilização de Equipamentos Coletivos	59.114,66	57.083,89	96,56
Outras Taxas Especificas das Autarquias Locais	30.659,73	26.192,34	85,43
Multas e Outras Penalidades	9.574,50	3.302,85	34,50
Total	**223.215,98**	**169.085,37**	**75,75**

A taxa mais significativa foi a relativa a Loteamentos e Obras com um montante arrecadado de 62.355,43€, logo seguida pela taxa de utilização de Equipamentos Coletivos.

Em 2024 as transferências correntes corresponderam a 7.173.847,92€, o que representou uma taxa de realização de 99,90%.

Os valores registados nas transferências correntes com maior impacto na receita foram a participação nos impostos do Estado.

Transferências Correntes	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.965.369,00	3.965.369,00	100,00
Fundo Social Municipal	197.324,00	197.324,00	100,00
Participação Fixa no IRS	289.151,00	289.151,00	100,00
Transferências de Competências - Lei n.º50/2018	1.622.401,00	1.622.401,00	100,00
Participação no IVA - artº 26º-A da Lei n.º 73/2013	104.531,00	104.530,83	100,00
Artigo 35º da Lei nº 73/2013	378.689,16	377.819,17	99,77
Outros	287.673,24	283.898,24	98,69
Estado - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados	29.406,89	29.404,89	99,99
Serviços e Fundos Autónomos	129.989,03	128.329,41	98,72
Serviços Autónomos-Subsistema Proteção Família e Política Ativa Emprego e Formação Profissional	168.792,90	168.450,38	99,80
Administração Local - Instituições sem Fins Lucrativos	7.672,00	7.170,00	93,46
Total	**7.180.999,22**	**7.173.847,92**	**99,90**

Em 2024 as transferências correntes aumentaram 1.175.616,98€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num aumento percentual de 19,60%. A participação nos impostos do Estado e as transferências de competências representaram respetivamente 46,01% e 15,13% do total das transferências correntes.

Em 2024, o fundo de equilíbrio financeiro, parte corrente, correspondeu a 3.965.369,00€, o que representou um aumento de 158.403,00€ relativamente ao ano anterior, traduzindo - se num aumento percentual de 4,16%.

A participação fixa no IRS, correspondeu a 289.151,00€, o que representou um aumento de 22.571,00€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num aumento percentual de 8,47%.

Quanto à venda de bens e serviços correntes correspondeu a 1.266.238,46€, o que representou uma taxa de execução de 96,26%.

Vendas de Bens e Serviços	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Vendas de Bens	595.978,91	584.447,29	98,07
Serviços	565.513,41	541.381,03	95,73
Rendas	153.888,02	140.410,14	91,24
Total	**1.315.380,34**	**1.266.238,46**	**96,26**

Quanto às receitas de capital, em 2024, a receita de capital arrecadada correspondeu a 3.339.882,76€, o que representou uma taxa de execução de 64,72%. A receita de capital arrecadada decompõe-se em venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros.

Receitas de Capital	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Vendas de Bens de investimento	52.994,49	52.955,49	99,93%
Transferências de Capital	3.131.218,11	1.820.141,80	58,13%
Ativos Financeiros	2,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.923.320,00	1.466.785,47	76,26%
Outras Receitas de Capital	52.994,52	0,00	0,00%
Total	**5.160.529,12**	**3.339.882,76**	**64,72%**

Em 2024 as transferências de capital corresponderam a 1.820.141,80€, o que representou 54,50% da receita de capital.

Em 2024 a comparticipação comunitária dos projetos cofinanciados correspondeu a 730.192,44€, o que representou 40,12% das transferências de capital.

PROJETOS COFINANCIADOS COMPARTICIPAÇÃO

Projetos Cofinanciados	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca	411.612,28	401.890,08	97,64%
Construção de Centro de Recolha de Animais de Companhia de Vila Viçosa	4.095,00	4.095,00	100,00%
POAT - Investimento em Video no Projeto do Cine-Teatro Florbela Espanca	756,00	756,00	100,00%
Acessibilidades PIH	2.808,00	335,25	11,94%
Fundo Ambiental Recolha BIO	45.498,00	37.361,81	82,12%
Estratégia Local de Habitação	914.969,99	285.754,30	31,23%
Total	**1.379.739,27**	**730.192,44**	**52,92%**

Despesa

Em 2024 a despesa total correspondeu a 13.700.690,41€ o que representou uma taxa de realização de 72,29%, relativamente aos 18.951.690,39€ que estavam orçamentados.

A despesa corrente correspondeu a 9.950.380,49€, o que representou 72,63% da despesa total.

Despesa	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Taxa de Execução
Correntes	12.167.764,43	9.950.380,49	81,78%
Capital	6.783.925,96	3.750.309,92	55,28%
Total	**18.951.690,39**	**13.700.690,41**	**72,29%**

Em 2024 a despesa com pessoal correspondeu a 4.892.087,59€, o que representou um aumento de 317.444,12€ relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num aumento percentual de 6,94%.

Este acréscimo da despesa com pessoal em 2024 justifica-se pela atualização dos vencimentos e correções nas carreiras e pelo esforço deste executivo em procurar que os seus colaboradores tenham trabalho digno e com direitos. Em 2024 o peso das despesas com pessoal na despesa corrente e na despesa total correspondeu respetivamente de 49,16% e 35,71%.

Em 2024 a despesa com aquisição de bens e serviços correspondeu a 3.355.552,56€, o que representou 33,72% da despesa corrente e 24,49% da despesa total. Em 2024 as transferências correntes ascenderam a 1.400.517,03€ e representaram 14,08% da despesa corrente e 10,22% da despesa total.

Despesas Correntes	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa com Pessoal	5.532.378,00	4.892.087,59	88,43%
Aquisição de Bens e Serviços	4.633.939,43	3.355.552,56	72,41%
Juros e Outros Encargos	140.822,00	111.489,78	79,17%
Transferências Correntes	1.635.373,00	1.400.517,03	85,64%
Subsídios	3,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	225.249,00	190.733,53	84,68%
Total	**12.167.764,43**	**9.950.380,49**	**81,78%**

Para além das transferências para a administração local, freguesias, no valor de 183 089,90€, e para a CIMAC no valor de 353.038,69€, transferiram-se 528.782,77€ para as instituições sem fins lucrativos.

Quanto às despesas de capital, a mesma correspondeu a 3.750.309,92€, o que representou 27,37% da despesa total.

Dos investimentos realizados em 2024 destacam-se:

- Remodelação do Cineteatro Florbela Espanca;
- Reforço de Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos e Ecopontos Subterrâneos;
- Praceta António José Peixoto;
- Iluminação pública;
- Aquisição de viaturas e máquinas;
- Infraestruturas para equipamentos de resíduos sólidos;
- Estratégia Local de Habitação;
- Acessibilidades;
- Centro de Recolha de animais;
- Fundo ambiental (Ecoviçosa).

V. Cumprimento de leis e regulamentos

Modificações orçamentais

Da análise efetuada verificámos que as modificações orçamentais foram aprovadas por entidade competente. Importa referir que o Município, no 1º semestre, procedeu à integração do saldo da Gerência anterior, no montante de 2.496.459,11 euros.

Regra do equilíbrio

Comparamos a execução orçamental da receita corrente (bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo e verificamos que o equilíbrio previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, está a ser cumprido em 2024.

Receita Corrente Bruta Cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortizações Médias de Empréstimos de MLP	Despesa Corrente + Amortizações Médias	Equilíbrio Orçamental
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(1)-(4)
10.779.188,20	9.950.380,49	372.052,32	10.322.432,81	456.755,39

Endividamento autárquico

Da análise efetuada ao endividamento do Município, com base no artigo 52º da Lei nº 73/2013 e consequentes alterações, o Município encontra-se dentro dos limites de endividamento, ou seja, o total da dívida relativa a operações orçamentais a 31 de dezembro tem uma margem absoluta de 9.572.763,02 euros.

	Situação face ao limite da dívida total	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2024
(1)	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	2.812.499,66	2.429.323,47	2.230.462,79	3.689.768,68
(2)	Dívidas não orçamentais Lei 73/2013	37.491,64	38.214,55	38.170,69	38.470,48
(3)=(1)-(2)	Dívida total de operações orçamentais	2.775.008,02	2.391.108,92	2.192.292,10	3.651.298,20

	Verificação do cumprimento do limite	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2024
(5)	Limite Dívida Total	9.941.266,57	10.658.500,32	12.003.720,43	13.262.531,70
(6)	Margem Absoluta (5)-(1)	7.128.766,91	8.229.176,85	9.773.257,64	9.572.763,02
(7)	Margem utilizável (6)*20%	1.425.753,38	1.645.835,37	1.954.651,53	
(7)	Margem utilizável (6)*40%				3.829.105,21

Mapa de fluxos de caixa

O Mapa de Fluxos de Caixa apresenta um saldo orçamental de 2.863.957,49€, consistente com o valor apresentado no balancete a 31 de dezembro nas rubricas de caixa e depósitos bancários.

O valor das operações de tesouraria incluída em depósitos bancários é de 38.470,48 euros.

Contas 03 e 04 da execução orçamental

Os valore apresentados como liquidações a transitar para 2025 não estão reconciliadas com os ativos financeiros do balanço. Por outro lado, as obrigações a transitar para 2025 bem como as de anos futuros também não estão em concordância com os passivos financeiros do balanço. As obrigações a pagar no orçamento estão sobreavaliadas pelo facto de se terem considerado os juros dos empréstimos como obrigações a transitar.

Contratação Pública

Da análise preliminar efetuada a esta área, verificamos que o Município procede à publicação dos respetivos procedimentos no portal base.gov, e que os mesmos se encontram a cumprir os limites definidos para cada tipo de procedimentos de acordo com o artigo 19º e 20º e 113º do CCP, o qual conseguimos validar através da análise conjunta na rubrica de fornecimento e serviços externos, a 31 de dezembro de 2024.

Contingências Fiscais

Não foram identificadas situações a reportar.

Obtivemos as declarações de não divida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

VI. Indicadores Orçamentais

Indicadores Orçamentais - Rácios

Receita	2024
Impostos Diretos / Receita Corrente	14,81%
Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receita Corrente	1,58%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	66,89%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	54,50%
Receitas Correntes / Receita Total	64,75%
Receitas de Capital / Receita Total	20,16%
Outras Receitas/Receita Total	15,09%

Despesa	2024
Pessoal/Despesa Corrente	49,16%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	33,72%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	14,08%
Aquisição de Bens de Capital/Despesas de Capital	92,45%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	0,10%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	7,45%
Despesas Correntes/Despesas Totais	72,63%
Despesas de Capital/Despesas Totais	27,37%

VII. Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados

Análise Económico-Financeira

Tendo em conta o balancete disponibilizado, reportado a 31 de dezembro de 2024, foram extraídos o Balanço e a Demonstração de Resultados, que se apresentam abaixo.

Balanço – posição financeira

Rubricas	Datas		
	2024	2023	2023 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente	23 961 738,18 €	22 711 124,47 €	21 598 635,02 €
Ativos fixos tangíveis	23 668 049,59 €	22 429 955,51 €	21 317 466,06 €
Ativos intangíveis	64 476,59 €	51 956,96 €	51 956,96 €
Participações financeiras	229 212,00 €	229 212,00 €	229 212,00 €
Ativo corrente	4 394 944,21 €	3 914 885,64 €	3 914 885,64 €
Inventários	404 079,03 €	332 456,88 €	332 456,88 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		7 444,10 €	7 444,10 €
Clientes, contribuintes e utentes	217 130,45 €	155 213,11 €	155 213,11 €
Estado e outros entes públicos		35 157,04 €	35 157,04 €
Outras contas a receber	870 785,63 €	828 892,63 €	828 892,63 €
Diferimentos	521,13 €	21 092,08 €	21 092,08 €
Caixa e depósitos	2 902 427,97 €	2 534 629,80 €	2 534 629,80 €
Total Ativo	28 356 682,39 €	26 626 010,11 €	25 513 520,66 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido	22 398 646,32 €	20 631 452,90 €	20 299 695,84 €
Património/Capital	29 953 948,50 €	29 953 948,50 €	29 953 948,50 €
Reservas	145 690,42 €	145 690,42 €	145 690,42 €
Resultados transitados	-18 088 736,61 €	-15 782 509,84 €	-15 803 479,89 €
Outras variações no património líquido	10 890 007,69 €	8 642 582,30 €	8 309 763,58 €
Resultado líquido do período	-502 263,68 €	-2 328 258,48 €	-2 306 226,77 €
Total Património Líquido	22 398 646,32 €	20 631 452,90 €	20 299 695,84 €
PASSIVO			
Passivo não corrente	3 231 712,12 €	2 651 141,91 €	1 870 409,52 €
Provisões	29 007,00 €	93 621,97 €	93 621,97 €
Financiamentos obtidos	3 202 705,12 €	1 776 787,55 €	1 776 787,55 €
Diferimentos	0,00 €	780 732,39 €	0,00 €
Passivo corrente	2 726 323,95 €	3 343 415,30 €	3 343 415,30 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 733,24 €	8 733,24 €	8 733,24 €
Fornecedores	8 879,48 €	16 223,82 €	16 223,82 €
Estado e outros entes públicos	7 290,17 €	621,73 €	621,73 €
Financiamentos obtidos	413 552,41 €	301 806,92 €	301 806,92 €
Fornecedores de investimentos	13 560,18 €	14 733,49 €	14 733,49 €
Outras contas a pagar	1 002 724,04 €	1 003 950,96 €	1 003 950,96 €
Diferimentos	1 271 584,43 €	1 997 345,14 €	1 997 345,14 €
Total Passivo	5 958 036,07 €	5 994 557,21 €	5 213 824,82 €
Total Património Líquido e Passivo	28 356 682,39 €	26 626 010,11 €	25 513 520,66 €

As contas de 2023 tiverem que ser reexpressas pelo facto de terem sido desreconhecidas as infraestruturas relacionadas com a concessão da E-Redes.

Tal como referido na Nota 2, em fevereiro de 2025 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) veio clarificar qual o tratamento contabilístico a dar aos contratos de concessão, celebrados com a E-Redes. Foi seu entendimento que poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento. Desta forma, a Câmara de Vila Viçosa desreconheceu estes ativos de concessão, tendo reexpressado os dados relativos a 2023.

O impacto é o seguinte:

	2023		
Balanço	Sem reexpressão	Com reexpressão	Variação
Ativos Fixos Tangíveis	22 429 955,51	21 317 466,06	-1 112 489,45
Efeito no Ativo			**-1 112 489,45**
Património Liquido			
Resultados Transitados	-15 782 509,84	-15 782 509,84	0,00
Outras Variações do Património Liquido	8 642 582,30	8 309 763,58	-332 818,72
Efeito no Património Liquido			**-332 818,72**
Passivo			
Rendimentos a Reconhecer	801 702,44	0,00	-801 702,44
Efeitos no Passivo			**-801 702,44**
Demonstração de Resultados	Sem reexpressão	Com reexpressão	Variação
Gastos com Depreciações	-1 439 483,10	-1 393 846,83	45 636,27
Abates - Outros Gastos	-243 294,59	-221 262,88	22 031,71
Outros Rendimentos	187 645,49	158 696,51	-28 948,98
Prestação de Serviços	1 687 205,39	1 670 518,10	-16 687,29
Efeitos nos Resultados			**22 031,71**

Demonstração de Resultados – avaliação do desempenho

PERÍODO	ANO
2024/01/01 - 2024/12/31	2024

Rubricas	Datas		
	2024	2023	2023 Reexpresso
Impostos, contribuições e taxas	1 764 432,27 €	1 936 076,98 €	1 936 076,98 €
Vendas	1 618,57 €	5 611,34 €	5 611,34 €
Prestações de serviços e concessões	1 784 989,06 €	1 687 205,39 €	1 670 518,10 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 169 403,82 €	5 889 055,70 €	5 889 055,70 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-355 936,00 €	-510 792,16 €	-510 792,16 €
Fornecimentos e serviços externos	-2 869 091,87 €	-2 965 150,36 €	-2 965 150,36 €
Gastos com pessoal	-4 943 411,16 €	-4 550 358,65 €	-4 550 358,65 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 530 232,61 €	-1 303 342,11 €	-1 303 342,11 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-62 108,43 €	-11 404,45 €	-11 404,45 €
Provisões (aumentos/reduções)	64 614,97 €		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-943 918,79 €	-943 918,79 €
Outros rendimentos	183 191,62 €	187 645,49 €	158 696,51 €
Outros gastos	-134 661,76 €	-243 294,59 €	-221 262,88 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 072 808,48 €	-822 666,21 €	-846 270,77 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 464 676,09 €	-1 439 483,10 €	-1 393 846,83 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-391 867,61 €	-2 262 149,31 €	-2 240 117,60 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	2 785,90 €	2 785,90 €
Juros e gastos similares suportados	-110 396,07 €	-68 895,07 €	-68 895,07 €
Resultado antes de impostos	-502 263,68 €	-2 328 258,48 €	-2 306 226,77 €
Resultado líquido do período	-502 263,68 €	-2 328 258,48 €	-2 306 226,77 €

Tal como já referimos, as contas de 2023 tiverem que ser reexpressas pelo facto de terem sido desreconhecidas as infraestruturas relacionadas com o contrato de concessão da E-redes.

Demonstração de Resultados	Sem reexpressão	Com reexpressão	Variação
Gastos com Depreciações	-1 439 483,10	-1 393 846,83	45 636,27
Abates - Outros Gastos	-243 294,59	-221 262,88	22 031,71
Outros Rendimentos	187 645,49	158 696,51	-28 948,98
Prestação de Serviços	1 687 205,39	1 670 518,10	-16 687,29
Efeitos nos Resultados			**22 031,71**

Relativamente ao desempenho económico, quando comparado com o período homólogo, verifica-se um aumento nas componentes dos gastos com pessoal e nas transferências concedias.

Este acréscimo da despesa com pessoal em 2024 justifica-se pela atualização dos vencimentos e correções nas carreiras e na inclusão de trabalhadores no programa EAMA.

Mesmo tendo aumentado o valor das Transferências obtidas foi manifestamente insuficiente para fazer face ao decréscimo das outras componentes dos rendimentos.

O valor da rubrica Imparidade de investimento não depreciáveis em 2023 é referente ao reconhecimento da perda de valor verificado no Cineteatro Florbela Espanca, onde deflagrou um incêndio.

Desta forma, o Município apresenta um desempenho negativo de 502.263,68 euros no ano de 2024.

Indicadores Económico-financeiros

Indicadores Financeiros	Rácio	2024	2023
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	78,99%	77,49%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	375,94%	344,17%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	161,20%	117,09%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	106,46%	75,81%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/ Património Líquido	-2,24%	-11,28%

Principais rubricas do Balanço

ATIVO

1. Ativos não correntes

As principais variações do ativo são as seguintes (saldo de 31/12/2024 sem reexpressão):

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE

(MUNICIPIO DE VILA VIÇOSA)

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Ano 2024 Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	2 417 317,59 €	1 199 196,34 €	0,30 €				-498 024,81 €			3 118 490,02 €
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	5 131,53 €						-3 031,55 €			2 099,98 €
Infraestruturas	2 351 479,82 €	72 668,81 €	538 897,58 €				-491 123,57 €			2 371 716,64 €
Património histórico, artístico e cultural	160 712,54 €	7 500,00 €					-3 869,69 €			164 342,85 €
Outros										
Bens de domínio público em curso		1 119 028,13 €	-538 897,58 €							580 130,55 €
Ativos fixos em concessão	1 067 424,49 €	117 533,32 €					-92 466,36 €		-1 112 489,45 €	
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas	1 067 424,49 €	117 533,32 €					-92 466,36 €		-1 112 489,45 €	
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	18 928 218,48 €	2 470 655,91 €	3 617,83 €				-881 472,43 €		-455,17 €	20 549 559,57 €
Terrenos e recursos naturais	4 528 219,03 €	354 057,71 €	101 260,38 €				-98 576,14 €			4 883 960,98 €
Edifícios e outras construções	11 280 678,86 €	-326 276,36 €	1 587 349,09 €				-306 601,45 €			12 513 146,12 €
Equipamento básico	266 378,86 €	323 106,34 €	360 454,80 €				-217 772,81 €		-455,17 €	1 331 607,14 €
Equipamento de transporte	489 137,34 €	321 749,48 €					-199 641,09 €			811 225,33 €
Equipamento administrativo	108 735,83 €	24 705,57 €	1 358,28 €				-35 786,33 €			94 212,75 €
Equipamentos biológicos	18 810,86 €									18 810,86 €
Outros	32 696,25 €	37 446,24 €	114 721,22 €				-36 074,31 €			208 989,40 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 450 361,16 €	1 877 766,95 €	-2 140 725,94 €							587 401,17 €
TOTAL	22 429 956,51 €	3 787 886,17 €	3 618,13 €				-1 441 965,60 €		-1 112 944,62 €	23 668 049,59 €

O Município desreconheceu os seus ativos de concessão relacionados com a NCP 4.

Os efeitos estão divulgados na Nota 2 do Anexo, uma vez que a Câmara reexpressou os dados de 2023.

Relativamente às adições analisadas na rubrica de infraestruturas rodoviárias (aplicando-se a mesma recomendação para a conta 45.3.2.2.3 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares), identifica-se o reconhecimento individualizado de vários materiais como areia grossa, *tout venant*, brita mármore, entre outras, não estando a ser imputados às redes viárias onde estão a decorrer estas reparações. Verificamos que alguns destes casos já se encontram corretamente reconhecidos, mas existem situações ainda passiveis de serem melhoradas.

Os serviços informaram que não existindo uma inventariação destas redes viárias, individualizada no cadastro do património do Município, não é possível imputar estas benfeitorias às respetivas redes viárias.

Esta situação não nos permite avaliar se de facto estamos perante investimentos de grandes beneficiações, ou de meras intervenções de conservação e reparação, por forma a fazer o adequado enquadramento na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

As notas de enquadramento do normativo referem que *'A Classe 4 inclui ainda as grandes reparações caracterizadas não só pelo custo das obras a realizar, mas também atendendo ao*

acréscimo de vida útil ou de produtividade dos bens de investimento em causa.' Contudo, para ser incluído na classe 4, tem de cumprir os critérios de reconhecimento, que resume em demonstrar que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem e o custo do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Refere a NCP 5 que *'... uma entidade deve reconhecer na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento. A quantia escriturada das partes que são substituídas deve ser desreconhecida de acordo com as disposições da presente Norma.*

Desta forma, tratando-se estes fornecimentos de grandes reparações, terão de ser imputadas à respetiva rede viária, demonstrando-se que cumprem os requisitos de reconhecimento, e que não são meras intervenções de conservação e reparação recorrente.

Recomendamos, igualmente, a realização de um trabalho de levantamento e reconhecimento na contabilidade das infraestruturas que são património do Município. Esta inventariação é fundamental para uma adequada imputação dos investimentos que vêm sendo efetuadas nessas infraestruturas, em conformidade com o estabelecido nas normas de contabilidade pública.

Investimentos Financeiros

O valor relevado nas participações financeiras corresponde à participação do FAM – Fundo de Apoio Municipal. Este montante está concordante com a informação da subscrição de capital (Art.º 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), disponível no site do Fundo.

2. Inventários

Em 31/12/2024 o detalhe dos montantes relevados em inventários é o seguinte:

	2024	2023	2022	2021
Matérias-primas	19512,76	18 616,85	12 177,41	10 964,76
Matérias subsidiárias	89772,28	95 382,37	117 034,43	120 192,16
Alimentação - géneros para confecionar	10688,51	9 586,25	1454,3	
Matérias em trânsito	76676,17	-	-	-
Outros materiais diversos de consumo	207429,31	208 871,41	186 731,26	170 051,96
	404 079,03	**332 456,88**	**317 397,40**	**301 208,88**

Por forma a validarmos a asserção da existência efetuamos o acompanhamento das contagens nos vários armazéns do Município, no dia 16 de dezembro de 2024. Destas contagens deixamos abaixo algumas conclusões, que recaem sobretudo sobre o armazém de obras municipais:

1. As condições de utilização e existência física não garantem a salvaguarda dos ativos já que alguns dos itens estão armazenados ao ar livre, em locais de fácil acesso e sem vigilância;

2. Identificação de artigos que se afiguram com imparidade;

3. Impossibilidade de validação dos custos de aquisição considerados no inventário de muitos dos artigos do armazém de obras;

Relativamente ao ponto 2, no dia 13 de dezembro de 2023 foi deliberado favoravelmente, em reunião ordinária, proceder as quebras de existências e abate de 50% do valor de alguns artigos que a CMVV tem em stock, sendo artigos sem rotação, artigos impróprios para utilização e artigos danificados. Esta proposta não foi refletida nas contas de 2024.

Por este motivo, esta área é objeto de reserva na Certificação legal das Contas.

3. Depósitos em Instituições Financeiras

Procedemos à análise das reconciliações bancárias, efetuando o cruzamento com os montantes constantes nos extratos bancários e com o diário resumo de tesouraria. Uma vez que o balancete agrega as várias contas bancárias por cada uma das instituições financeiras, recomendamos que sejam individualizadas no balancete (por cada conta bancária). A Câmara está a avaliar esta situação junto da Medidata. Contudo, no Anexo às Demonstrações Financeiras divulgou este detalhe.

Verifica-se a existência de itens em aberto com alguma antiguidade, facto que nos leva a endereçar uma recomendação para o tratamento e regularização desses itens.

Efetuámos o procedimento de acompanhamento de um fecho de tesouraria, não tendo sido identificadas diferenças a reportar.

PASSIVO

4. Provisões Riscos e Encargos

Foi recebida informação do consultor jurídico do Município, indicando os processos em curso a favor e contra a Câmara, não se tendo verificado alterações face a 31 de dezembro de 2022.

A provisão constituída é relativa aos processos abaixo indicados:

Ano 2024

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos de quantias descontadas	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	93 621,97						64 614,97		64 614,97	29 007,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturações										
Outras provisões										
	93 621,97	-	-	-	-	-	64 614,97	-	64 614,97	29 007,00

A reversão da provisão no valor de 64.614,97 € diz respeito a decisão do TAF de Beja (Proc. n.º 17/17.6BEBJA; Refª 004381715 de 12-11-2024) de extinção da instância.

5. Fornecedores / Fornecedores de Imobilizado

Foi ultrapassada a divergência entre os saldos reportados pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a qual refere que a CMVV tinha uma dívida de 196.293,75 € em 31/12/2023, valor que não consta do passivo do Município.

Da análise efetuada à documentação disponibilizada pelos serviços sobre o contrato de Eficiência Energética na Iluminação Pública, nomeadamente o ofício recebido dessa entidade, suportado por um parecer entidade POCALALENTEJO, Lda., datado de fevereiro de 2021, são dadas orientações aos Municípios sobre a forma de reconhecer nas suas contas este contrato, atendendo a que não existiu cedência da posição contratual, conforme estava estabelecido no referido acordo.

Assim, as orientações dadas passariam pelo reconhecimento dos ativos de concessão nas contas da CIMAC, reconhecendo os Municípios um gasto diferido (ativo) por contrapartida de um passivo (diferimentos).

O passivo seria anulado à medida que os municípios pagam as respetivas faturas mensais.

O ativo seria desreconhecido durante os meses em que o acordo estaria em vigor (no parecer consideravam-se 135 meses).

O Município não seguiu as recomendações do referido parecer, não reconhecendo nem o ativo (gasto diferido) nem o passivo (diferimento), estando a relevar em gastos do período as faturas que vai pagando resultantes deste contrato (durante o ano são reconhecidos na conta 45.3.2.2.2, mas serão transferidos para gastos no final do ano) uma vez que ainda não ocorreu a cedência da posição contratual.

6. Estado e Outros Entes Públicos

Foram solicitadas as Certidões de não divida da Autoridade Tributaria e da Segurança Social, tendo-se confirmado por esta via que o Município tem as suas situações tributaria e contributiva regularizadas a data de 31 de dezembro de 2024.

7. Diferimentos

Na rubrica de diferimentos, as principais variações são:

Descrição	Ano de 2024		Ano de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Gastos a reconhecer				
Seguros	521,13		21 092,08	
Outros Custos Diferidos				
Rendimentos a reconhecer				
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições				
Instituto do Emprego e Formação Profissional -GIP		1 819,17		1 819,17
Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca-ALET20-08-23-16-FEDER-000050		0,00		1 317 570,36
Envolvente ao Campo de Jogos e Cruzeiro da lapa		0,00		123 798,42
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE VILA VIÇOSA		4 095,00		
Parque de Autocaravanismo		0,00		8 400,00
Invest.Video Desenvolv.Projeto Cine-Teatro Florbela espanca - POAT-01-6177-FEDER-000286		15 120,00		14 364,00
ACESSIBILIDADES 360 - PIEP719 - WC MATA MUNICIPAL		1 315,50		1 315,50
ACESSIBILIDADES 360 - PIEP720 - WC LARGO 25 DE ABRIL		1 310,40		1 310,40
ACESSIBILIDADES 360 - PIH C1863		1 478,25		1 143,00
BIBLIOTECA ITINERANTE		42 718,90		42 718,90
RECOLHA BIO		37 361,81		
Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca-ALT2030-FEDER-01336600		389 027,92		
ELH - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO		309 370,30		23 616,00
Acordos de concessão de serviços				
A reconhecer a mais de 12 meses		0,00		780 732,39
Outros				
A reconhecer até 12 meses		467 967,18		461 289,39
A reconhecer a mais de 12 meses		0,00		
Total	521,13	1 271 584,43	21 092,08	2 778 077,53

Os montantes reconhecidos em Transferências e subsídios de capital obtidos com condição estão relacionados com transferências de capital associados a investimentos ainda em curso.

Foram desreconhecidos em 2024 os ativos de concessão da e-redes e consequentemente desreconhecidos os respetivos subsídios ao investimento.

FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações na rubrica de Fundos Patrimoniais foram as seguintes (sem reexpressão):

		2023	2024	Variação
51.1	Balanço inicial	29 953 948,50 €	29 953 948,50 €	- €
55.2.1	Reservas Livres	3 761,19 €	3 761,19 €	- €
55.2.9.1	Usucapião	113 070,00 €	113 070,00 €	- €
55.2.9.9	Outras Reservas	28 859,23 €	28 859,23 €	- €
56.1	De períodos anteriores	- 13 473 791,05 €	- 15 802 049,53 €	- 2 328 258,48 €
56.2	Regularizações	- 219 327,33 €	- 197 295,62 €	22 031,71 €
56.4	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	- 2 089 391,46 €	- 2 089 391,46 €	- €
59.3.1.1.9.1	Parque de Autocaravanismo	26 866,38 €	29 904,38 €	3 038,00 €
59.3.1.4.1.1.3	ETAR de Bencatel	138 600,00 €	134 400,00 €	- 4 200,00 €
59.3.1.4.1.2.1	Centro Multiusos de S.Romão - ALENT-09-0241-FEDER - 002226	137 275,00 €	133 237,50 €	- 4 037,50 €
59.3.1.4.1.2.2	Museu do Mármore - 1ª fase	120 078,62 €	117 076,65 €	- 3 001,97 €
59.3.1.4.1.2.3	Casa da Cultura de Bencatel	176 020,49 €	171 770,45 €	- 4 250,04 €
59.3.1.4.1.2.4	ALT20-08-2316-FEDER-000050 - REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO FLORBELA ESPANCA	30 155,75 €	1 333 565,56 €	1 303 409,81 €
59.3.1.4.1.3	Extensão de Saúde de Bencatel - ALENT-08-0348-FEDER-001533	175 066,26 €	170 898,02 €	- 4 168,24 €
59.3.1.4.1.4	Parque de Pesados-Trat.Florestação de Solos	192 454,27 €	185 817,92 €	- 6 636,35 €
59.3.1.4.1.6	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE VILA VIÇOSA	33 046,65 €	32 309,55 €	- 737,10 €
59.3.1.4.1.7	REQUALIF.URBANIST.ENVOLV.CAMPO JOGOS E CRUZEIRO LAPA	- €	119 562,51 €	119 562,51 €
59.3.1.4.9	Outros	328 723,81 €	- €	- 328 723,81 €
59.3.9.1.1.1	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 705 673,00 €	2 146 269,00 €	440 596,00 €
59.3.9.1.1.2	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	956 678,00 €	1 604 367,16 €	647 689,16 €
59.4.1	Em numerário	56,31 €	56,31 €	- €
59.4.2	Em outros ativos	3 397 680,86 €	3 433 572,26 €	35 891,40 €
59.5.1	Em numerário	- €	52 993,52 €	52 993,52 €
59.7.1	Obtidas	1 224 206,90 €	1 224 206,90 €	- €
	Resultado Líquido	-2 328 258,48 €	-502 263,68 €	
	Total Fundos Patrimoniais	20 631 452,90 €	22 398 646,32 €	- 58 801,38 €

A variação reflete a aplicação dos resultados líquidos negativos de 2023, assim como os recebimentos no semestre do FEF e do duodécimo relativo ao art.35º da Lei nº 73/2013.

Na *#562* - Regularizações estão refletidos os ajustamentos efetuados no âmbito do reconhecimento da NCP 4 – Contratos de concessão com a *E-redes*.

Os efeitos afetam anos anteriores, pelo que, nos termos da NCP 2, as contas foram reexpressas.

	2023		
Balanço	Sem reexpressão	Com reexpressão	Variação
Ativos Fixos Tangíveis	22 429 955,51	21 317 466,06	-1 112 489,45
Efeito no Ativo			**-1 112 489,45**
Património Liquido			
Resultados Transitados	-15 782 509,84	-15 782 509,84	0,00
Outras Variações do Património Liquido	8 642 582,30	8 309 763,58	-332 818,72
Efeito no Património Liquido			**-332 818,72**
Passivo			
Rendimentos a Reconhecer	801 702,44	0,00	-801 702,44
Efeitos no Passivo			**-801 702,44**

Demonstração de Resultados

1. Rendimentos com contraprestação

A rubrica de prestação de serviços e concessões teve uma variação, face ao período homologo, no total de 111.517 euros, de acordo com o quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de transações com contraprestação			
Taxas	191 828	235 738	174 056
Vendas	1 619	5 611	801
Prestação de Serviços	1 784 989	1 687 205	1 366 120
Juros		2 786	5 690
Outros	252 067	187 645	278 897
	2 230 503	**2 118 986**	**1 825 563**

O aumento dos Serviços Específicos das autarquias locais deve-se ao aumento da faturação das Águas.
Damos nota que relativamente às Águas, trata-se da venda de um bem, que na execução orçamental da receita está a ser executada como vendas. Na demonstração de resultados o montante surge como a prestação de um serviço.

Recomendamos que seja analisada esta situação.

2. Fornecimento e Serviços Externos

Da revisão analítica efetuada à rubrica de FSE's verificamos um decréscimo de 3%.

		31/12/2024	31/12/2023
62.1	Subcontratos e parcerias	228184,44	336 985,10
62.1.3.1	Transportes Escolares	15653,25	59 135,67
62.1.4.1	Cantinas escolares - refeições confecionadas	529,5	216,00
62.1.4.2	Cantinas escolares - refeições para confecionar	0	37 659,53
62.1.6.1	Saneamento Básico	2372,68	0,00
621..6.2	Água - Abastecimento Público	0	104,64
62.1.7.1	Tratamento de RSU's	209629,01	193 970,60
62.1.9.9	Outros	0	45 898,66
62.2	Serviços especializados	721 949,19	716 047,94
62.2.1.2	Projetos e serviços de informática	1 817,69	0,00
62.2.1.3	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	29 520,00	0,00
62.2.1.4	Estudos de organização, económico-financeiros e de audi	0,00	39 005,40
62.2.1.9.9	Outros trabalhos especializados	207 843,34	525 395,13
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	52 397,71	40 946,34
62.2.3	Vigilância e segurança	9 679,00	2 870,43
62.2.4.1	Contratos individuais de tarefa	16 624,74	1 033,20
62.2.4.2	Contratos individuais por avença	299826,81	0,00
62.2.5.1	Comissão De cobrança de impostos e taxas	30 105,75	37 499,18
62.2.5.2	Comissões De outras cobranças	17 257,94	17 743,78
62.2.5.3	De serviços financeiros	900,30	253,42
62.2.6.1.2	Conservação de Equipamentos	3 727,68	2 486,72
62.2.6.1.3	Conservação de Viaturas	31 561,00	17 924,40
62.2.6.1.9	Conservação - Outros	0,00	937,76
62.2.6.2.2	Assistência Técnica - Equipamentos	19 395,54	19 107,60
62.2.6.9.9	Outros Gastos de Conservação	1 291,69	10 844,58
62.3	Materiais de consumo	128102,22	113 093,94
62.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5240,62	487,68
62.3.2	Livros e documentação técnica	1349,81	0,00
62.3.3	Material de escritório	4187,94	2 950,55
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	28019,49	26 592,29
62.3.5.2	Materiais de Educação	1023,24	0,00
62.3.6.1	Artigos de Higiene e Limpeza	0	3 723,78
62.3.6.2	Vestuário e artigos pessoais	2195,71	0,00
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	86085,41	79 339,64
62.4	Energia e fluidos	558683,83	645 668,55
62.4.1	Eletricidade	507556,58	596 885,97
62.4.2.1	Gasóleo	909,97	155,20
62.4.2.2	Gasolina	6136,49	6 135,34
62.4.2.9.1	Gás	44044,62	42 492,04
62.4.2.9.9	outros	36,17	42 492,04
62.5	Deslocações, estadas e transportes	8240,37	7 612,25
62.5.1	Deslocações e estadas	3462,02	2 169,43
62.5.2	Transportes de pessoal	4778,35	5 442,82
62.6	Serviços diversos	1223931,82	1 145 742,58
62.6.1.2	Rendas de Edifícios	77273,55	69 822,33
62.6.1.5	Rendas de Equipamento	10546,13	1 012,48
62.6.1.9	Outras Rendas	90190,03	76 343,50
62.6.2.1	Comunicações Fixas	4,72	2 134,79
62.6.2.2	Comunicações Móveis	16098,53	12 567,11
62.6.2.3	Internet	1639,03	583,78
62.6.2.4	Serviços Postais	34098,83	33 923,04
62.6.2.9	Outros	1558,23	1 621,88
62.6.3	Seguros	34815,73	34 265,00
62.6.5	Contencioso e notariado	449,24	458,90
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	10598,32	9 356,35
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	9879,52	
62.6.9.9	Outros Serviços	936779,96	903 653,42
Total	Total	2 869 091,87 €	2 965 150,36 €

Sobre esta rubrica, recomendamos que, tal como preconizado nas notas de enquadramento do referencial contabilístico, a conta de *'Serviços diversos – outros'* seja assumida como de caráter residual no contexto das aquisições de serviços cuja classificação não tenha enquadramento nas contas anteriores. Em 31/12/2024 esta conta representava 33% do total dos FSE's.

3. Custos com pessoal

Esta rubrica contempla as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal efetivados do ano de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos titulares de orgãos de soberania e membros de orgãos autárquicos	156 756,78	149 460,48
Remunerações ao Pessoal	3 763 979,16	3 384 445,57
Benefícios pós-emprego	-	
Indemnizações	31 553,28	1 974,28
Encargos sobre remunerações	909 664,42	823 226,53
Seguro de acidentes no trabalho	52 890,98	50 404,82
Outros encargos	28 566,54	140 846,97
	4 943 411,16	**4 550 358,65**

Em comparação com o período homologo, houve um aumento na rubrica de remunerações de pessoal em 8,6%, que se prende com o aumento da conta #632 – Remunerações do pessoal relacionado com o aumento do ordenado da remuneração mínima mensal garantida e outras alterações decorrentes da lei, aumento do subsídio de refeição e novos recrutamentos e mobilidades.

Dos testes efetuados não foram identificadas exceções a reportar.

VIII. Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas

O Município já divulgou o seu plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

IX. Considerações Éticas

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e do IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria.

A avaliação de ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente ao requisito de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Neste contexto, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

X. Declaração de Responsabilidades

Solicitou-se a declaração de Responsabilidades, prevista em Guia de Aplicação Técnica da OROC, a qual foi obtida.

XI. Acontecimentos Subsequentes

Foi solicitada informação sobre acontecimentos subsequentes, tendo sido obtida resposta ao nosso questionário, datada de 31/03/2025. Não tomámos conhecimento de situações a reportar.

XII. Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão

O conteúdo do presente relatório foi analisado conjuntamente com os responsáveis do departamento financeiro antes da sua assinatura.

Finalmente, desejamos agradecer aos Serviços do Município de Vila Viçosa toda a colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 3 de abril de 2025

Antunes Rodrigues, Célia Custódio & Associado - SROC, Lda.

Representada por:

Assinado por: **Célia Maria Pedro Custódio**
Num. de Identificação: 10989951
Data: 2025.04.03 21:03:33+01'00'

Célia Maria Pedro Custódio

ROC nº 1286 // CMVM n. 20160897